

## FOUCAULT: GOVERNAMENTALIDADE E EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Joce Daiane Borilli Possa<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo são apresentados e discutidos brevemente noções da teoria de Michel Foucault sobre governo e governamentalidade. A partir do referencial foucaultiano e seus comentadores, explicita-se a íntima relação entre a governamentalidade e a educação contemporânea. O objetivo é mostrar a contribuição desse referencial teórico para as pesquisas em educação, a fim de compreender as atuais configurações da escola. Partindo do entendimento dessas noções é possível entender a escola como fruto das relações históricas de poder e subjetividade, sendo assim, permitido pensá-la sob um novo olhar, uma nova perspectiva de futuro.

**Palavras-chave:** Governamentalidade/Governo. Educação. Foucault.

### Introdução

Diversos estudos têm se debruçado sobre a escola e seus elementos internos e externos na atualidade. Os profissionais da área buscam constantemente a criação de um novo sistema educacional que dê conta de atender às demandas sociais atuais. Existe a preocupação em criar novas morfologias, metodologias, em construir propostas de ensino que despertem o interesse dos estudantes, concepções de educação inclusiva e diversa. Dentre outros inúmeros elementos, a educação escolar têm sido alvo de diferentes pesquisas.

A escola está em crise, segundo muitos pesquisadores da atualidade. Mas o que significa dizer que a escola está em crise? Qual é o conceito ideal de escola? Que escola esperamos encontrar na atualidade? Quais os elementos que constituíram essa escola? Talvez as respostas dessas questões não estejam tão claramente expressas, contudo, elas contribuem para que pensemos um pouco sobre a educação na contemporaneidade.

Enquanto alguns autores sugerem a crise na escola, outros apontam para as inúmeras propostas de repensá-la. Instituições privadas vêm sugerindo projetos nas diferentes áreas educacionais a fim de buscar a suposta melhoria da educação escolarizada.

A escola é, portanto, um marco referencial nas sociedades, seja como responsável pela promoção e aprendizagem, seja como instrumento de governamentalidade.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em educação - Unochapecó. Especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares; Especialista em Psicopedagogia; Especialista em Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa. Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAI – UCEFF.

Deste modo, busco neste artigo considerar alguns dos elementos trazidos para o campo da educação a partir dos estudos de Michel Foucault, a fim de caracterizar os termos governo e governamentalidade no cotidiano escolar.

### **Foucault e a noção de governamentalidade**

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês que exerce grande influência sobre os intelectuais da atualidade, suas convicções trouxeram grandes contribuições para o pensamento contemporâneo. Suas ideias, inicialmente voltadas ao sistema prisional tradicional, criaram bases para discussões políticas nas diferentes esferas sociais. Nos anos 60, estava incluso na lista de pensadores estruturalistas mais conceituados, juntamente com Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes e Jacques Derrida. Foucault criticava fortemente algumas instâncias sociais – principalmente os meios prisionais – e acreditava que elas não passavam de formas de controle e dominação burguesa sobre o proletariado. Os cursos ministrados por Foucault, na segunda metade da década de 1970, foram dedicados à análise do fenômeno de biopoder e às técnicas de governo, no entanto, “foi com a publicação de *Vigiar e Punir* (Foucault, 1975) que o pensamento e a obra histórica e filosófica de Michel Foucault mostraram-se especialmente produtivos para a prática e a teorização no campo educacional” (Veiga-Neto, Saraiva, 2011, p. 6).

Para Gallo (2009) Foucault nos fornece poderosas ferramentas para pensarmos as práticas educacionais brasileiras, especialmente aquelas que se referem às políticas de educação. Pensando com base em algumas dessas ferramentas propostas por Foucault, serão abordados na sequência as noções de governo e governamentalidade que darão suporte para os debates que se seguem.

Compreender e explicitar as noções de governo e governamentalidade instituído por Foucault não é tarefa fácil, inúmeros elementos permeiam sua caracterização e esse conceito acaba se tornando um emaranhado de significados que se entrelaçam e que não podem ser analisados isoladamente. Tal conjunto de elementos resulta na ideia de governamentalidade. Foucault evidencia a noção de governamentalidade a fim de analisar genealogicamente os processos históricos que envolvem questões de soberania, política e governo.

A governamentalidade, expressa a preocupação com os mecanismos utilizados para manter o controle, vigilância, segurança e condução de diferentes populações. Para Veiga Neto e Lopes (2007) na modernidade, a definição de um Estado deixa de

se dar pelo seu território e passa a ser determinada pela população que o ocupa, suas formas de ser, viver, conduzir e ser conduzida.

Para Foucault (2008) a governamentalidade pode ser assim definida:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permite exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança[...] ( p. 143).

E ainda, para Fimyar (2008, p.4 apud Veiga-Neto; Saraiva, 2011, p. 8) a governamentalidade pode ser descrita:

[...] como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *moldagem* das condutas das pessoas. Portanto, a governamentalidade enquanto conceito identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado).

É possível dizer, então, que todas as denominações dadas ao termo governamentalidade, estão intimamente ligadas ao sentido político e ético. Por isso Foucault ampara-se nos termos liberal e neoliberal como forma de analisar o poder político. Ressalto que ao apontar para as noções de governamentalidade liberal e neoliberal não tenho a pretensão de analisá-los, apenas de apresentá-los ao leitor como forma de complementar a problematização sobre a governamentalidade e a educação contemporânea.

Segundo Candiottto (2010), na perspectiva foucaultiana o conceito de governamentalidade liberal:

[...] apresenta o liberalismo não como uma teoria coesa, mas como uma técnica de governar polimorfa. Se for considerado somente o contexto do século XIX, ora ele é interpretado como exercício crítico diante da razão de Estado que predominava anteriormente, ora é lido como o questionamento sempre atuante em relação às maneiras contemporâneas de governar, no sentido de que procura a limitação constante dos excessos do governo. Seu estilo é descrito como um mecanismo contínuo e complexo de resistência coletiva em face dos poderes exacerbados do governo estatal, mas que nem sempre opera do mesmo modo (p. 40).

Ainda para Candiottto (2010), e agora sobre a governamentalidade neoliberal, o autor propõe que para a teoria foucaultiana o neoliberalismo:

[...] tem exercido uma função crítica singular ao Estado intervencionista; ela se materializa na denúncia contínua dos excessos do governo político e é um dos mecanismos mais eficazes de resistência em face do excessivo intervencionismo estatal nas questões econômicas. Mas, [...], é preciso lembrar que não foi esse neoliberalismo que triunfou e se espalhou mais tarde nas nações liberais e até mesmo nos antigos países socialistas. [...] o mercado competitivo passou a ser a nova referência não somente da economia, mas de todas as demais instâncias sociais, e, além delas, da própria existência individual. A atualização permanente do capital humano, a condução de si mesmo no competitivo mercado de trabalho e de capitais, estimulou uma nova forma de subjetivação sujeitada, pela qual o indivíduo não passa de agente econômico ( p.42 ).

É possível concluir a partir dessa breve definição, que as técnicas liberais e neoliberais, a partir do olhar de Foucault, constituíram-se em críticas ao governo e os excessos de poder. Embora Foucault, não tenha emitido juízos de valor sobre a governamentalidade em suas aulas, “pode-se supor que também na atualidade seria possível opor técnicas de governamentalidade diante do *modus operandi* do neoliberalismo e o valor absoluto que o mesmo atribui ao mercado, como instância decisiva não somente de regulação social, mas principalmente de controle da vida dos próprios indivíduos” (Candiottto, 2010, p. 42).

Assim, sem descartar leituras mais profundas sobre as ideias acima, pode-se dizer que o conceito de governamentalidade introduziu uma modificação significativa nas formas de análise do poder e seus efeitos de subjetividade. Conforme Candiottto (2010, p. 43)

se a governamentalidade proporcionou uma modificação ou até mesmo uma fratura no interior da analítica do poder, em compensação ela facultou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo.

Outro elemento levantado por Foucault e que precisa ser comentado na busca pela compreensão da governamentalidade, é o que se refere ao termo utilizado e denominado governo. Autores como Veiga-Neto (1997) e Machado (1992) tem discutido sua utilização, e sugerem que quando o termo governo estiver se

referindo a questão da ação ou do ato de governar ele pode ser substituído pelo termo governo.

Para Machado (1992, p. 203) o termo governo torna-se mais adequado quando relacionado as palavras governamental e governamentalidade:

governamental e governamentalidade parecem clamar por *governo* e não por *governo*... Em suma: o que está grafado como "práticas de governo" não são ações tomadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos em "práticas de governo".

Com base nas digressões acima sobre o conceito de governamentalidade e de alguns dos elementos que perpassam suas estruturas, parte-se agora para a aplicabilidade deste conceito ao campo educacional. Como este elemento aparece na atual estrutura educacional, e que possibilidades podem ser vislumbradas para a escola contemporânea.

## Governamentalidade e Educação

Inúmeros pesquisadores têm se dedicado a escrever e compreender os estudos de Michel Foucault sobre a governamentalidade e seus efeitos no campo da educação. É fato que precisamos reconhecer as importantíssimas contribuições do pensamento foucaultiano para o entendimento da escola moderna "como maquinaria implicada na fabricação tanto do sujeito moderno quanto da própria Modernidade" (Veiga-Neto, 1994, p s/n).

Para Veiga-Neto (1994) os estudos de Foucault se apresentam como um divisor de águas, entre as concepções tecnicistas, funcionalistas, críticas e estruturalistas e as concepções pós-estruturalistas e culturalistas acerca da escola e seu papel na sociedade.

Nesse sentido, para compreender e analisar a escola que temos hoje, com base no pensamento de Foucault, não basta apenas entender que a relação entre a instituição escolar e a sociedade é complexa; segundo Veiga-Neto (1994) trata-se principalmente de perceber que o projeto iluminista de escola única, igualitária, universal e obrigatória, não é possível na atualidade. Para ele esse projeto de escola "está se revelando uma impossibilidade histórica na medida em que ele se insere na lógica da própria Modernidade, uma lógica ambígua que está implicada, tanto com a domesticação da diferença quanto com o diferencialismo e a

desigualdade e, por consequência, com a exclusão” (Veiga-Neto, 1994, p. s/n).

Veiga-Neto (1994, p. s/n) chama atenção ainda, para outro fator importante na composição da educação. Para ele, o projeto iluminista de escola não cabe mais nos arranjos

-“econômicos geopolíticos e culturais e as novas distribuições de forças que daí decorrem” - da sociedade atual. Portanto, segundo ele, não devemos considerar a escola como ela deveria ser, nem tampouco lamentar seu suposto declínio, para a partir daí supor alternativas de recuperação.

Assim, numa perspectiva foucaultiana, e nas palavras de Veiga-Neto (1994, p. s/n):

A escola moderna não é entendida como um caminho para a racionalidade, liberdade e igualdade humanas; não se trata, portanto, desse tipo de neoplatonismo, que assume o sujeito como um *datum* natural, centrado e unitário, a ser desenvolvido/iluminado pela ação pedagógica. Ela não é também entendida como uma instituição a ser analisada a partir de princípios intelectuais e morais tomados a priori - um tipo de ideologismo fundado nas filosofias da consciência.

Portanto, há a necessidade de mudança na visão em relação à escola contemporânea. Ela se constitui, segundo Veiga-Neto (1994) numa das instâncias que mais se destaca nas transformações sociais, “é fácil ver que a escola é o *locus* onde novas tecnologias são tanto inventadas quanto aplicadas; ela é, além disso, a instituição que mais ampla e precocemente se encarrega de “capturar” os indivíduos e disseminar tais tecnologias” (s/n).

Na aplicação dos conceitos da perspectiva foucaultiana à escola, alguns elementos merecem destaque, entre eles o conceito de razão de Estado e de práticas pastorais aplicadas a educação. No caso da Razão de Estado (conceito criado por Foucault para determinar aquilo que é necessário para manter a integridade da República) a escola aparece como uma instituição capaz, não apenas de gerar novos saberes, mas de funcionar como um local de acontecimentos acessível ao controle e à aplicação dos novos saberes e, principalmente, de preparar as massas a viverem num Estado governamentalizado (Veiga –Neto, 1994).

No que se refere às práticas pastorais (conceito elaborado por Foucault para designar o poder instituído sobre o indivíduo e que ao mesmo tempo propõe cuidar e individualizar esse cuidado) relacionadas à escola Foucault propõe, (Veiga-Neto,

1994, p. s/n), "a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação, no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade".

Para Larossa (1994) e Veiga-Neto (1994) a escola funciona como uma “dobradiça” entre a Razão de Estado e as práticas pastorais, ou seja, ela funciona como um elo de ligação entre o poder e o saber. Para assinalar essa ideia Veiga-Neto (1994) sugere que “a escola faz o nexo entre tecnologias de poder e tecnologias do eu e, portanto, é a maquinaria de governamentalização que se coloca simultaneamente a serviço do jogo do pastor e do jogo da cidade” ( p. s/n).

Pode-se dizer a partir da ideia de Veiga-Neto (1994), que a escola é um instrumento onde as novas tecnologias são inventadas e também aplicadas. Portanto, essa instituição se constitui no aparelho encarregado de capturar os sujeitos e disseminar as tecnologias. E ainda, que a escola se constituiu apoiada nos ideais Iluministas, construída para uma sociedade pautada nesses ideais. Para ele, a compreensão da escola atual, passa pelo entendimento dos ideais Iluministas sob os quais ela foi construída, sendo assim possível propor mudanças no sistema escolar.

Ao se referir à escola como maquinaria de governamentalização, Veiga –Neto (1994) propõe que é preciso esclarecer de que escola estamos falando, a quem ela serve, e principalmente, qual o objetivo da escola. Para ele, a escola contemporânea dividiu-se em duas alternativas, a escola pública e a escola privada. A primeira pensada para atender os “estratos sociais pobres” e a segunda, tratada como uma mercadoria, destinada aos “sujeitos-clientes”.

Nessa lógica e a partir da perspectiva foucaultiana, a escola tem, portanto, o objetivo de criar/moldar o sujeito, ela foi pensada, para funcionar como um “confinamento disciplinar, a maior encarregada pela ampla normalização das sociedades modernas” (Veiga-Neto,1994, p. s/n). Ainda segundo Veiga-Neto (2001, p. 25), “a própria organização do currículo e da didática, na escola moderna, foi pensada e colocada em funcionamento para, entre várias outras coisas, fixar quem somos **nós** e quem são *os outros*”.

Nessa perspectiva, e no âmbito da educação, o indivíduo é capturado por práticas que o tornam um objeto passível sobre o qual diferentes discursos são inseridos. Para Foucault (2010, In Morgenstern, 2012, p. s/n) “o indivíduo moderno é desse modo também subjetivado por tecnologias que imperam no eixo ético-existencial e que se relacionam à subjetividade e verdade. Tais mecanismos, [...]

colocam em movimento o exercício do poder do indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros”.

A escola se tornou, deste modo, um campo com papéis a desempenhar. Em outras palavras, se tornou um lugar de preparação do sujeito para atuar em cenários cada vez mais competitivos e de tensão entre o individual e o coletivo, entre o local e o global. Para Veiga-Neto (1994, p. s/n) não existe uma instituição capaz de substituir a ação da escola tanto no que se refere a sua maquinaria na transformação do sujeito-cliente como no que se refere ao seu poder de mobilização e luta por ideais.

“É certo que não se trata mais daquela instituição pretendida pelos proclamados ideais igualitários e totalizantes do Iluminismo. Mas, com os olhos postos nos interesses da lógica neoliberal, qual outra instituição poderia, a curto prazo, substituir a maquinaria escolar para montar, tão ampla e rapidamente, um tal sujeito-cliente? Por outro lado, com os olhos postos numa vontade de resistência, qual outra instituição poderia ser mobilizada —também tão ampla e rapidamente— para tentar aumentar as fraturas numa lógica contra a qual muitos querem lutar? (Veiga- Neto, 1994, p. s/n).

Essa duplicidade na ação da escola – papel forjar e mobilizar os sujeitos nos diferentes ideias iluministas – demonstra que ela se mantém como instrumento central na vida das sociedades e das pessoas. Ao mesmo tempo em que a escola apresenta-se em crise com relação aos papéis a serem desenvolvidos, ela tem sido alvo de inúmeros projetos elaborados pelas mais variadas instituições.

Para Klaus (2009) esses investimentos na escola apresentados pelos diversos projetos que atravessam o currículo demonstram o fortalecimento dessa instituição como um “*locus fundamental*” no gerenciamento do risco social. E revela, a escola como a instituição mais ampla e prolongada, no que se refere ao governo, e que se estende a toda à população.

Ao apontar o papel da escola na sociedade contemporânea como instituição voltada ao gerenciamento de risco social, Veiga-Neto (2003) propõe que tal instituição serve para a transformação dos homens de selvagens em civilizados. Para ele, a escola aparece como um espaço para ensinar as crianças a ocupar melhor seu tempo e espaço, de forma ordeira e disciplinada.

Ambas estão implicadas num tipo de poder - poder disciplinar - do qual depende a nossa 'capacidade de nos autogovernarmos mais e melhor'. Uma das lições tiradas de tudo isso é o fato de que, antes de funcionar como um aparelho de ensinar conteúdos e de promover a reprodução social, a escola moderna funcionou - e continua funcionando - como uma grande fábrica que fabricou - e continua fabricando - novas formas de vida. (Veiga-Neto, 2003, p. 05)

Fabris (2009) confirma essa relação de governo entre escola e sociedade. Para ela, "a escola torna-se uma empresa; através de projetos, campanhas, instrumentos e material de avaliação, ela põe em funcionamento as próprias funções do Estado. Ela se governamentaliza" (p. 65). Para a autora, a escola continua, de forma vigorosa, reproduzindo os "processos sutis e sedutores de normalização".

Deste modo, a autora sugere uma dificuldade na percepção dos processos de governamentalização, isso porque a sociedade tem-se utilizado de mecanismos mais sutis e elaborados, entre eles, a escola.

O trabalho de resistência frente à *sociedade de controle* torna-se muito mais difícil e complexo, visto que se trata de confrontar um mundo que vem progressivamente abandonando os dispositivos disciplinares instituindo tecnologias de controle que são sutis, móveis, super-moderna e que possuem uma linguagem hiper-progressista. Como resistir a práticas educacionais que visam produzir um sujeito autônomo, crítico, consciente, plural, tolerante e flexível, capaz de se sentir em casa num mundo que não, obstante, se torna cada vez mais inóspito? (Fabris, 2009, 65).

Considerando este caráter de controle da educação, é possível atuar no sentido de desarmar os diferentes jogos de poder presentes na escola, ou ao menos tentar desarmar. Veiga-Neto (2003) aponta, portanto, para o fato de que pensar a educação escolar só é possível considerando sua ligação com os aspectos sociais, e ainda, pensar mudanças na escola implica discorrer sobre como a sociedade se estrutura, como ela foi pensada e como a escola se moldou a partir dos seus ideais. Em outras palavras, não é possível pensar a escola sem analisar a sociedade e seus diversos aspectos sociais.

## Considerações possíveis

Procurei neste artigo abordar conceitos elaborados por Foucault acerca da governamentalidade e seus efeitos no campo da educação escolar. Apoiada nas ideias de Foucault e seus comentadores, busquei apontar alguns elementos que permeiam as relações escolares e a forma como a educação contemporânea tem se apresentado.

Para Foucault (2008), a governamentalização pode ser vista a partir de mecanismos de regulação das condutas individuais e coletivas. Em outras palavras, a governamentalização ocorre na medida em que assume a condução e agregação de tecnologias de individualização e totalização para controle dos sujeitos.

Segundo a perspectiva foucaultiana, a governamentalização da educação apresenta-se, portanto, como um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de subjetivar os sujeitos. Pode-se dizer então, que a articulação da teoria de Foucault com a educação se dá a partir da ideia de que o sujeito é visto como uma dobradiça, capaz de fazer a conexão entre essas duas perspectivas – pensamento pedagógico e perspectiva foucaultiana.

Essa articulação entre a perspectiva de Foucault e a educação, pode ser o elemento pontual para compreendermos de outras maneiras a educação e o sujeito moderno. Bem como, para que seja possível analisar e problematizar a teorização e as práticas educacionais atuais.

Em síntese, ressalto o fato de que a escola atual é fruto dos ideais Iluministas e que, segundo os autores citados acima, não tem dado conta de atender a esses ideais. Contudo vale ressaltar, que não se trata de acentuar o fracasso da escola, ou de pensar nela como uma instituição falida, como sugerem os mais pessimistas. Considerando que a sociedade contemporânea se transformou, assumiu outras estruturas e dinâmicas, portanto, também não atende mais aqueles ideais Iluministas sob os quais foi constituída. A escola assume, portanto, outros papéis.

Contudo, não podemos deixar de considerar que ela ainda é a instituição que mais amplamente abrange todos os setores sociais, e que é responsável por atuar no sentido de disseminar as práticas de governamentalidade instituídas pela modernidade.

Essas práticas de governamentalidade só podem ser revistas na sociedade atual, segundo Klaus (2009), a partir da ação mútua da comunidade escolar, que passa a pensar a escola a partir do que ela era, como ela está sendo e como ela pode vir a ser. E nas palavras de

Veiga-Neto (2003, p.125) “pensar nela como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade”.

Concluo dizendo que na escola são colocados em ação os métodos de governo de si e dos outros e que ela é um envolvente mecanismo de gerenciamento de grupos sociais. Portanto, ao contrário do que sugerem alguns autores sobre a crise e o futuro da escola, ela não perdeu sua importância na atualidade – embora algumas instâncias tecnológicas têm concorrido com ela – ela tem se reinventado e adquirido novos contornos.

## Referências

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia**, Unisinos, 11 (1): 33-43, jan/abril 2010. Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856](http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856) acesso em 20 de agosto de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: ID, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 277 – 293. Disponível em: [http://mnfd.sad.iscte.pt/Foucault\\_Governamentalidade\\_scref33231.pdf](http://mnfd.sad.iscte.pt/Foucault_Governamentalidade_scref33231.pdf) acesso em 20 de agosto de 2025.

\_\_\_\_\_. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.

\_\_\_\_\_. Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos (1926-1984). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. In MORGENTHAU, Juliane Marschall. Governamentalidade neoliberal e a produção de sujeitos para a dinâmica inclusiva. IX ANPED SUL: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012

FABRIS, Elí Henn. A produção do aluno nos pareceres descritivos: mecanismos de normalização em ação. In: LOPES, Maura Corsini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão escolar: práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KLAUS, Viviane. Escola, modernidade e contemporaneidade. In: LOPES, Maura Corsini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão escolar: práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: FACE/UFRGS, v. 34, n. 2, p. 153-170, mai./ago. 2009. (Dossiê Governamentalidade e Educação).

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e Educação: entre outros estudos foucaultianos. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petropolis: Vozes, 1994. p 225 - 246